



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

PARECER ÚNICO Nº 068/2015

PROTOCOLO Nº 0783208/2015

Indexado ao Processo 14022/2009/001/2010

Processo Licença de Instalação (LP+LI) - Prorrogação do Prazo de Validade da Licença

Validade: 2-5-2017

Outorga: Processos 5253/2010 e 1436/2011

Empreendimento: Obras de Implantação, Duplicação, Melhoria e Pavimentação da rodovia MGC 383, trecho entroncamento BR 040/São Brás do Suaçuí – Jeceaba- Contorno de São Brás do Suaçuí

CNPJ: 17.309.790/0001-94

Municípios: São Brás do Suaçuí, Jeceaba e Congonhas

Bacia Hidrográfica: Rio Paraopeba

Atividades objeto do licenciamento:

Código DN 74/04	Descrição	Classe
E-01-01-5 e E-01-03-1	Implantação ou Duplicação de rodovias Pavimentação e/ou Melhoria de rodovias	3

Responsável Técnico pelo Empreendimento:

Andréa Greiger da Cunha Salles- Gerente de Meio Ambiente do DER/MG

Registro de classe

Responsável Técnico pelos Estudos Apresentados:

Pedro de Oliveira Barreto – Strata Engenharia Ltda

Registro de classe

CREA-MG 103 011/D

Data: 13- 8- 2015

Analista Ambiental	MASP	Assinatura
Geraldo da Fonseca Cândido Fº	1 043 791-1	
Elaine Aparecida Duarte	1.364.270-7	
De acordo: Maíra Mariz Carvalho Diretora Técnica /MASP : 1 364 287-1 Rafael Cordeiro de Lima Mori Diretor de Controle Processual/MASP: 1 132 464-7	Ass: Data: ____/____/____: ____/____/____	



1- Apresentação

Em 30-4-2010 o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais- DER/MG protocolou no SISEMA, a solicitação de Licença Prévia concomitantemente com a Licença de Instalação (LP + LI), para o empreendimento denominado: *Obras de Implantação, Duplicação, Melhoria e Pavimentação da ligação rodoviária Entroncamento BR 040/São Brás do Suaçuí- Jeceaba- Contorno de São Brás do Suaçuí*. Nesta mesma data foram apresentados, dentre outros documentos, o **Relatório de Controle Ambiental e o Plano de Controle Ambiental- RCA/ PCA**.

Em 2-5-2011, a URC Rio Paraopeba, com base no Parecer Único nº 112/2011 da Supram CM, consubstanciado nas vistorias técnicas e na análise de Informações Complementares, concedeu a aquele Departamento, a LP+LI com validade de 4 (quatro) anos, apresentando condicionantes.

Em 26-3-2015, o DER/MG solicitou ao SISEMA a Prorrogação do Prazo de Validade da referida licença, pelo prazo máximo permitido. Em 11-6-2015, aquele Departamento reiterou o pedido de prorrogação da validade da Licença, esclarecendo que os serviços pendentes referem-se à conclusão da sinalização horizontal e vertical, da drenagem superficial, da proteção ambiental e da camada final do encabeçamento de uma ponte.

2- Caracterização do empreendimento

Este empreendimento refere-se a um conjunto de obras viárias nas rodovias MGC 383 e MG 155, que visam, principalmente, proporcionar maior capacidade e operacionalidade para dois segmentos rodoviários diretamente associados ao Distrito Industrial de Jeceaba e a Vallourec Mannesmann, promovendo maior rapidez, conforto e segurança para os usuários destas rodovias.

De acordo o Relatório de Controle Ambiental - RCA apresentado, este empreendimento visa compatibilizar o desenvolvimento econômico-social e a preservação da qualidade do meio ambiente, com a manutenção do equilíbrio ecológico local. Para que este objetivo fosse alcançado, os estudos realizados identificaram os prováveis impactos ambientais (positivos e negativos), os passivos existentes e propuseram as medidas mitigadoras e de controle ambiental.

Ainda de acordo com os estudos ambientais, para atender a estes objetivos, foi realizado um diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento, no que tange aos aspectos físicos, bióticos e antrópicos, por meio de consultas bibliográficas e trabalhos de campo.

Com relação ao meio físico, os estudos abordaram o clima, a geologia (regional e local), a pedologia, a geomorfologia e a hidrologia.

Para o meio biótico, os estudos abordaram a flora (floresta estacional semidecidual e campos antropizados), a fauna (mamíferos, répteis e aves).



Quanto ao meio antrópico, os estudos abordaram para os municípios de São Brás do Suaçui e Jeceaba, a dinâmica populacional, o assentamento urbano, a educação, a saúde, economia, estrutura produtiva e de serviços, e o uso e ocupação do solo.

Este Parecer Único não discutiu estes temas, cujo diagnóstico ambiental já foi apresentado e discutido no âmbito da URC Rio Paraopeba, relativo à fase de LP+LI deste empreendimento e a outros empreendimentos localizados na região, como o Distrito Industrial de Jeceaba e a Vallourec Mannesmann. Cabe ressaltar que estes estudos encontram-se disponibilizados no RCA/PCA.

Este empreendimento está localizado na região Central do Estado, desenvolvendo na diretriz e sentido Norte-Sul, com interferências nos municípios de São Brás do Suaçui, Jeceaba e Congonhas, diretamente afetados pelo traçado, além de Entre Rios de Minas, inserido na sua área de influência, totalizando, aproximadamente 27,70 km, e apresenta as seguintes características principais:

Trecho MGC

Trata-se de um empreendimento com obras distintas: a implantação de **duas variantes rodoviárias**, com duas faixas de rolamento de 3,60 m de largura, para cada sentido, com acostamentos de 2,50 m e dispositivos de drenagem de 1,00 m, a primeira de aproximadamente 6,66 km (estaca 0 a estaca 333), que tem o seu início a partir da rodovia BR 040, paralelamente ao traçado atual da MGC 383, com afastamento médio de 1300,00 metros, após a interseção da BR 040/MGC hoje existente, contornando os distritos de Joaquim Murtinho e Alto Maranhão, a segunda de aproximadamente 7,00 km, (estaca 725 a estaca 1025), contornando a cidade de São Brás do Suaçui e a **duplicação** propriamente dita da rodovia MGC 383, a partir da estaca 333 até a estaca 725.

Além destas obras citadas, estão previstas ainda, a **reabilitação do pavimento** existente da MGC 383, do trecho compreendido entre a BR 040 e a estaca 333, passando por Joaquim Murtinho e Alto Maranhão e a reabilitação do pavimento do trecho compreendido a partir do entroncamento para as rodovias MGC 383/MG 155, compondo o acesso e a travessia da cidade de São Brás do Suaçui.

Trecho MG 155

Duplicação do traçado existente a partir do entroncamento da MGC 383/MG 155, até a estaca 235, totalizando 4,70 km, com o mesmo padrão construtivo das variantes citadas e a implementação de **melhorias** mais modestas, sob o ponto de vista construtivo, como apenas, a construção de acostamentos e dispositivos de drenagem com 2,50 m e 1,00 m, respectivamente, em pista simples, com uma faixa de rolamento para sentido, com largura de 3,60 m, a partir da estaca 235 até a estaca 564, totalizando 6,58 km.



3- Discussão

Também não foi objeto deste Parecer Único, a discussão dos impactos ambientais do empreendimento, nem das medidas mitigadoras e de controle ambiental, adotadas pelo DER/MG, durante o período de validade desta LP+LI, uma vez que se trata de um parecer relativo apenas a prorrogação de uma licença, cujo assunto foi exaustivamente discutido, quando da concessão da referida licença.

É importante ressaltar, que ao longo do período de validade desta licença, foram realizadas vistorias ao empreendimento, para acompanhamento das obras, bem como, foram analisados os Relatórios Técnicos relativos ao controle ambiental das mesmas e ao cumprimento das Condicionantes, determinadas pela URC Rio Paraopeba, quando da concessão da Licença.

Ressalta-se ainda, que foi considerado satisfatório, pela equipe técnica da Supram CM, o que foi constatado durante as vistorias realizadas, como também, o conteúdo dos referidos relatórios técnicos de acompanhamento das obras e do cumprimento das condicionantes. Em relação à documentação exigida no inciso I da DN 17/96 observa-se que os relatórios de acompanhamento da execução das obras já apresentados suprem a referida exigência, uma vez objetivam cumprir a mesma função.

4. Controle Processual

A presente solicitação encontra-se firmada pelo representante do empreendimento, Sr. Murilo Fonte Boa G. Moreira, gerente do Meio Ambiente, conforme protocolo R0336949/2015.

Requer o empreendedor, de acordo com o protocolo citado acima, a prorrogação pelo prazo máximo permitido do prazo de validade da Licença de Instalação (LP+LI n.º 077/2011), concedida ao empreendimento na 40ª RO da URC Copam Rio Paraopeba, ocorrida em 2-5-2011, cuja validade (4 anos) expirou em 2-5-2015.

A presente solicitação de prorrogação de LI foi protocolizada em 26-3-2015, ou seja, anterior ao vencimento da licença concedida. Assim, tem-se pertinente a análise do pedido.

As justificativas apresentadas pelo empreendedor baseiam-se, em síntese, nas seguintes questões: “os serviços pendentes referem-se à conclusão da sinalização horizontal e vertical, proteção ambiental, drenagem superficial e camada final do encabeçamento de uma ponte”.

Tem-se que o prazo de validade da LI não ultrapassou o máximo permitido de 6 (seis) anos, conforme dispõe a Resolução CONAMA n.º 237/1997, a saber:

Art. 18 - O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:



(...)

II - O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos. (g. n.)

(...)

Segundo a orientação da norma supracitada, a Deliberação Normativa COPAM n.º 17/1996, dispõe:

Art. 1º - As licenças ambientais outorgadas pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM são: Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO, com validade pelos seguintes prazos:

(...)

II - Licença de Instalação - LI: até 6 (seis) anos, devendo corresponder ao prazo previsto no cronograma constante do plano de controle ambiental aprovado, para implantação da atividade ou empreendimento, incluindo o respectivo sistema de controle e qualquer outra medida mitigadora do impacto ambiental prevista para esta fase;

(...)

Art. 2º - A Licença de Instalação poderá ser prorrogada por até 2 (dois) anos, mediante análise de requerimento do interessado acompanhado dos seguintes documentos: (g. n.)

(...)

Registra-se que a LI foi concedida pelo prazo de 4 (quatro) anos, sendo este o primeiro pedido de prorrogação de validade de licença.

Por fim, segundo o disposto no artigo 2º da DN COPAM n.º 17/96, para a análise do pedido de prorrogação o processo deverá ser instruído com a seguinte documentação:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

- I. Relatório de acompanhamento da implantação da atividade ou empreendimento e do respectivo plano de controle ambiental conforme roteiro fornecido pela Secretaria Executiva do COPAM;
- II. Cópia da publicação do pedido de prorrogação;
- III. Cópia da publicação da Licença de Instalação vigente;
- IV. Comprovante de recolhimento do custo de análise;
- V. Certidão negativa de débito financeiro de natureza ambiental.

Constam acostadas aos autos as publicações de obtenção e de prorrogação da LI, realizadas pelo empreendedor na imprensa regional.

Os custos de análise processual ficam dispensados, tendo em vista a Nota Jurídica DINOR n.º 01/2009.

Quanto à exigência do inciso I deve ser observado o indicado no tópico acima.

A Certidão nº 0772818/2015, emitida pela SUPRAM-CM em 11-8-2015, informa da inexistência de débito decorrente de aplicação de multas por infringência à legislação ambiental.

Conclui-se, assim, que o processo encontra-se instruído com a documentação exigível para a formalização do pedido de prorrogação de Licença de Instalação.

5. Conclusão

Com base no exposto neste Parecer Único, e considerando que o empreendimento proposto pelo DER/MG deverá melhorar as condições de tráfego, de conforto, de agilidade e, também de segurança dos usuários destes segmentos rodoviários, já tendo sido inclusive constatado, conforme vistoria realizada à área do projeto em julho de 2015, e ainda, considerando que as medidas de controle ambiental, mitigadoras e de monitoramento adotadas foram consideradas satisfatórias, bem como o atendimento às condicionantes do licenciamento, este Parecer Único sugere a URC Rio Paraopeba, a Prorrogação do Prazo de Validade da Licença Prévia + Licença de Instalação (LP+LI) para o empreendimento: Obras de Implantação, Duplicação, Melhoria e Pavimentação da rodovia MGC 383, trecho entroncamento BR 040/São Brás do Suaçuí – Jeceaba- Contorno de São Brás do Suaçuí, com validade até 2-5-2015, desde de que cumprida a condicionante do Anexo I.



ANEXO I

Empreendimento: Obras de Implantação, Duplicação, Melhoria e Pavimentação da rodovia MGC 383, trecho entroncamento BR 040/São Brás do Suaçuí – Jeceaba- Contorno de São Brás do Suaçuí		
Atividade: Implantação ou Duplicação de rodovias Pavimentação e/ou Melhoria de rodovias		Classe: 3
Empreendedor: Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER/MG		
Endereço: Av. dos Andradas 1120, Centro, Belo Horizonte, MG		
Localização: Região Central		
Município: Jeceaba, São Brás do Suaçuí e Congonhas		
Referência: Prorrogação do Prazo de Validade da Licença de Instalação (LP+LI)		
Validade: 2-5-2017		
ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Apresentar relatório trimestral de acompanhamento da execução das obras e da adoção das medidas mitigadoras e de controle ambiental	Durante a validade da Licença